CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1087/77

INTERESSADO: C.E.I. "VICTOR ANTÔNIO TRINDADE"/ARAÇATUBA

ASSUNTO : Irregularidades escolares ocorridas no período de 1973
a 1976

RELATOR : Conselheiro LIONEL CORBEIL

PARECER CEE Nº 1072/77 - CESG - Aprov. em 07/12/77

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 Após a leitura deste processo bastante complexo por tratar de várias irregularidades anotadas em diversos anos letivos, referentes a três habilitações, louvamo-nos da Informação nº 75/77-ETSP, a fls. 28 e seguintes, relatada com muita precisão pelo Sr. Pedro Olívio Noce, da Equipe Técnica de Supervisão Pedagógica da DRE de Araçatuba. Parece-nos um excelente resumo que passaremos a citar em várias de suas partes.

1.2 Diz o informante: "Trata o presente processo do irregularidades relacionadas ao cumprimento de carga horária mínima exigida para as habilitações profissionais do CEI "Victor Antônio Trindade", de Araçatuba, aos concluintes conforme a presente relação:

Agrimensura	1973, 1974, 1975, 1976
Eletromecânica	1973, 1975
Economia Doméstica	1973, 1975.

Após apreciar o minucioso levantamento elaborado pelo atual diretor do C.E.I. "Victor Antônio Trindade, de Araçatuba, e apreciado pela Delegacia de Ensino de Araçatuba, ficaram demonstradas algumas irregularidades.

Como as informações são conflitantes em alguns pontos, procedemos a novas investigações junto ao estabelecimento, o que nos levou a concluir por três tipos de irregularidades, a saber:

- a) uma quanto à duração das habilitações mantidas pela escola, muitas das quais propostas para quatro anos e que foram cumpridas em três anos;
- b) falha no registro nas fichas individuais de algumas disciplinas de forma incompleta ou abreviada;
- c) ausência de algumas disciplinas curriculares das habilitações mantidas pela escola, sendo que os currículos que atingiram os concluintes em 1973 e 1971 fundamentam-se na Resolução CEE nº 7/63 de 23/12/63, e as habilitações concluídas em 1975 e 1976 fundamentam-se no Parecer nº 45/72 de 12/01/72".

1.3 Das irregularidades mencionadas às letras a, b, c, do item anterior, podemos considerar a mais grave o não cumprimento de algumas disciplinas constantes ou do núcleo comum ou do mínimo das habilitações mantidas pela escola. Para melhor apreciação dos casos, reproduziremos da fls. 31 o seguinte quadro de carência:

CONCLUINTE em	AGRIMENSURA				ELETROMECAÂNICA				EC. DOMÉSTICA	
DISCIPLINAS	73-74-75-76				1973-1975				1973-1975	
Desenho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x
Ed. Moral e Cívica	x	-	-	-	X	-	-	-	X	X
Higiene Industrial e Segurança de Trabalho	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Artística	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-
Biologia	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Hidrologia	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Química	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-

2. APRECIÇÃO

2.1 Ao examinar os currículos de cada uma das três habilitações, constatamos que elas foram ministradas com bastante profundidade:

- a) A carga horária das habilitações é superior a 2.900 horas, atingindo 3.500 a 4.400 horas.
- b) Os mínimos profissionalizantes superam 1.200 horas.
- c) O tempo consagrado ao estágio, tanto no período noturno como no diurno, estende-se a 720 horas para Agrimensura e Eletromecânica e a 360 horas para Economia Doméstica.
- d) A carga horária da parte da formação especial é superior à de Educação Geral.

2.2 Quanto aos três tipos de irregularidades indicadas às letras a, b, c, do item 1.2 do histórico, passaremos a analisá-las uma a uma.

2.3 A primeira refere-se à duração seriada de quatro anos, cumprida em três anos. Na realidade, o mais importante e obrigatório é o cumprimento da carga horária mínima de 2.900 horas, incluindo 1.200 horas de conteúdo profissionalizante. Constatamos no item 2.1 que essas exigências foram amplamente superadas.

Aliás, o Parecer CEE n° 1684/74 esclarece a questão quando aponta:

"A correlação da carga horária com a seriação do curso..., se bem reflita a organização didática mais freqüente encontrada na rede escolar de estabelecimentos de 2º grau, na verdade não é imperativa nem intransponível. É possível que as escolas encontram outras formas de organização que permitam múltiplas correlações entre os fatores seriação e carga horária, como, por exemplo, cursos da área terciária que cheguem a 4 anos de estudos e outros da área primária e secundária que se completou em três anos".

Podemos, portanto, considerar que, nos casos em tela, a questão da duração seriada de 4 anos, cumprida em 3 anos com cargas horárias maiores do que as exigidas, poderá ser sanada por este Conselho.

2.4 A anotação de disciplinas de forma incompleta ou abreviada não deixa de ser uma irregularidade. Mas o que importa, e é absolutamente necessário, são os conteúdos programáticos a serem ministradas.

O Relator da Informação nº 75/77 afirma, às fls. 30, que os conteúdos foram lecionados nos casos:

- da disciplina Geologia e Noções de Geomorfologia, escriturada como Geomorforlogia;
- disciplina Matemática registrada como Álgebra e Trigonometria;
- Programa de Saúde ministrado na disciplina Ciências Físicas e Biológicas.

Para tais irregularidades bastaria que fosse anotada, numa observação, a denominação correta das disciplinas, tanto nos registros escolares como nas fichas escolares dos alunos.

2.5 O não cumprimento de algumas disciplinas obrigatórias, do núcleo comum como do mínimo das habilitações ministradas pela escola, constitui, sem dúvida, a maior irregularidade apontada no processo em tela e exige uma análise especial, tanto no caso dos cursos técnicos regidos pela Resolução CEE nº 07/63, e ministrados nos anos de 1971 a 1974 quanto das habilitações de Técnicos estruturadas de acordo com o Parecer CFE nº 45/72 e dadas nos anos de 1973 a 1976. A seguir apreciaremos cada uma das /três habilitações objeto deste protocolado.

2.5.1. Habilitação Técnica de Agrimensura

2.5.1.1 Concluintes em 1973 e 1974

O currículo desta habilitação foi elaborado de conformidade com a Resolução CEE nº 7/63, apresentando porém três irregularidades:

a) O curso foi estruturado em três séries enquanto o parágrafo 2º de seu artigo 14 reza:

"O diploma de técnico (industrial) de grau médio será conferido ao aluno que concluir, com estágio satisfatório, a quarta série".

Acreditamos que este problema foi esclarecido no item 2.3 desta apreciação, que pode servir para solucionar o caso em tela.

b) Aos concluintes de 1973 não foi ministrada durante o curso a disciplina Educação Moral e Cívica, enquanto tiveram OSPB na 2ª e 3ª séries (fls. 7). Parece-nos que a exigência de realizar exame especial nessa matéria poderá sanar essa irregularidade.

c) Consta dos currículos dos concluintes de 1973 e 1974 (fls. 7,8 e 9) a disciplina Higiene Industrial e Segurança do Trabalho, que não foi ministrada apesar de ser obrigatória, de acordo com o parágrafo único do artigo 16, Resolução CEE nº 7/63. Também neste caso parece-nos que deve ser exigido um exame especial.

2.5.1.2 Concluintes de 1973 e 1976

A matéria Educação Artística consta do currículo dos concluintes de 1975 e não foi ministrada, mas foi lecionada para os de 1976.

A matéria Biologia e Programa de Saúde, indicada nos currículos, não foi dada para a turma de 1975; e a turma de 1976 dela estudou apenas o Programa de Saúde.

Exames especiais nestas duas matérias poderão solucionar o problema.

Hidrologia: Esta disciplina profissionalizante, e portanto obrigatória, não foi lecionada, apesar de constar dos currículos (fls. 10 a 13).

Por tratar-se de matéria do mínimo profissionalizante da Habilitação de Técnico citada, não vemos outra alternativa senão a de exigir um mínimo de 60 aulas a serem assistidas pelos alunos com processo de avaliação dos trabalhos e dos exames a serem realizados.

2.5.2 Habilitação de Técnico em Eletromecânica

2.5.2.1 O curso de Eletromecânica ministrado às turmas de 1973 iniciou-se em 1971, antes da promulgação da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, e se estruturou com base na Portaria de 10 de março de 1967 da Diretoria do Ensino Industrial do MEC. Já em janeiro de 1972, o CFE emitia o Parecer nº 45/72 e a Resolução nº 2/72 que fixam os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional no ensino de 2º grau entre as quais aparece a habilitação de Técnico em Eletromecânica.

Pela análise da estrutura curricular, podemos ver que a escola deve ter procedido em 1972 à adaptação deste curso as matérias profissionalizantes obrigatórias no catálogo da respectiva habilitação, anexo ao Parecer CEE nº 45/72.

Não vemos empecilho em aprovar esta adaptação pelo fato de que todas as matérias profissionalizantes exigidas nessa habilitação pelo Parecer CEE nº 45/72 foram ministradas e com uma carga horária bem superior aos mínimos exigidos.

Todavia temos alguns reparos a fazer tanto sobre a parte de formação especial quanto sobre a de educação geral.

Quanto ao currículo da Formação especial (fls.14) anotar-se-á no diploma e no histórico escolar dos alunos observação agrupando as matérias apresentadas como programáticas com as suas respectivas disciplinas profissionalizantes como, aliás, foi elaborado naqueles das turmas concluintes em 1975 e 1976- (fls. 16 e 17).

Quanto à Educação Geral, não constam as disciplinas Geografia e Educação Artística, nas quais os alunos deverão ser submetidos a exames especiais. Parece haver um erro de datilografia na disciplina OSPB que aparece no currículo com duas horas semanais na 2ª e 3ª séries, sendo que na 2ª há uma indicação com

uma flecha para a disciplina seguinte, que é Educação Moral e Cívica. Se for o caso, desta última disciplina não ter/^{/sido}ministrada, os alunos deverão ser submetidos a exame especial nessa matéria.

2.5.2.2 Para as turmas concluintes em 1974, cujo currículo foi elaborado de conformidade com o Parecer CFE 45/72, a correção do currículo de formação especial deveria ser feita nos termos do item anterior e os alunos deverão ser submetidos a exames especiais nas mesmas disciplinas: Geografia e Educação Artística.

2.5.2.3 A habilitação de Técnico em Eletromecânica, turmas concluintes em 1975 e 1976, está em conformidade com as exigências do Parecer CFE nº 45/72. Contudo, duas matérias inscritas no currículo da turma que concluiu em 1975 não foram ministradas. Uma é Educação Artística, apesar de, numa série, constar Educação Musical. Também consta a disciplina Química, em Educação Geral, sem carga horária, e Ciências Físicas e Biológicas com três horas semanais na 3ª série. Para as turmas concluintes de 1976, a Educação Musical foi substituída por Educação Artística e a Química especial
mica aparece com carga horária/ além de Ciências Físicas e Biológicas. Acreditamos que a Educação Musical poderia ser considerada como Educação Artística. Então bastaria que os alunos da turma de 1975 se submetessem a exame especial de Química.

2.5.3 Habilitação de Técnico em Economia Doméstica

Está em conformidade para os anos de 1973 e 1974 com o Decreto Estadual nº 38.643 de 27 de junho de 1961 e para os anos de 1975 e 1976 com o Parecer CFE nº 45/72.

Contrariamente ao que foi salientado pelo Relator da Informação nº 75/77-ETSP, Educação Moral e Cívica foi ministrada para a turma concluinte em 1975. Resta apenas o problema da disciplina Desenho, em Educação Geral, que consta do currículo de 1975 sem carga horária e que não é disciplina profissionalizante nem é obrigatória do núcleo comum, mas sim escolhida pela Escola dentro das matérias da parte diversificada e, portanto, deveria ser ministrada.

A solução seria submeter os alunos a exame especial nesta matéria que, aliás, foi lecionada às turmas concluintes em 1976.

2.6 Após a análise destes inúmeros casos, podemos apresentar a seguinte conclusão:

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto voto favoravelmente à convalidação dos atos escolares praticados no C.E.I. "Victor Antônio Trindade", de Araçatuba, mediante o cumprimento das seguintes exigências:

1º Pelos alunos concluintes da Habilitação de Técnico em Agrimensura:

- a) Turma de 1973 - exame especial de Educação Moral e Cívica;
- b) Turmas de 1973 e 1974: exame especial de Higiene Industrial, Segurança do Trabalho; Educação
- c) Turma de 1975: exames especiais de/Moral e Cívica, Biologia e Programa de Saúde;
- d) Turma de 1976: exame especial de Biologia;
- e) Turmas do 1975 e 1976: seguir um curso de Hidrologia de no mínimo 60 horas com avaliação no processo.

2º Pelos alunos concluintes da Habilitação de Técnico em Eletromecânica:

- a) Turmas de 1973 e 1974: quanto ao currículo de Formação Especial, anotar no diploma e no histórico escolar de cada aluno, como observação, agrupando as matérias apresentadas como programáticas com as suas respectivas disciplinas profissionalizantes. Os alunos deverão submeter-se a exames especiais de Geografia e Educação Moral e Cívica para as turmas de 1973, se esta disciplina não foi ministrada.
- b) Turma de 1975: marcar em "Observação" nos registros escolares e nas fichas escolares dos alunos: "Educação Musical faz parte da Educação Artística, e submeter os alunos a exame especial de Química.

3º Pelos alunos concluintes da Habilitação de Técnico em Economia Doméstica:

Turma de 1975: submeter os alunos a exame especial da disciplina Desenho.

CESG, em 10 de outubro de 1977

a) Conselheiro LIONEL CORBEIL - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, JAIR DE MORAES NEVES, LIONEL CORBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA, OSWALDO FRÓES e RENATO ALBERTO T. DI DIO.

Sala da CESG, em 23 de novembro de 1977

a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 07 de dezembro de 1977

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente